Evento: XXV Seminário de Iniciação Científica

O CONTEXTO HISTÓRICO DE FUNDAÇÃO DO COLÉGIO TÉCNICO INDUSTRIAL DE SANTA MARIA: REFLEXÕES INICIAIS[1]
THE HISTORICAL CONTEXT OF THE FOUNDATION OF THE INDUSTRIAL TECHNICAL COLLEGE OF SANTA MARIA: INITIAL REFLECTIONS

Roselene Moreira Gomes Pommer[2], Raiane Pires Tólio[3]

[1] Projeto de Pesquisa "Estrutura Curricular e Demanda Política: o caso do Colégio Técnico Industrial de Santa Maria" - CTISM/UFSM

[2] Professora do PPGEPT. Drª em História pela Unisinos. Coordenadora do Projeto "ESTRUTURA CURRICULAR E DEMANDA POLÍTICA: O CASO DO COLÉGIO TÉCNICO INDUSTRIAL DE SANTA MARIA"

[3] Aluna do Curso Técnico em Mecânica Integrado ao Ensino Médio - CTISM/UFSM - Bolsista do Projeto ESTRUTURA CURRICULAR E DEMANDA POLÍTICA: O CASO DO COLÉGIO TÉCNICO INDUSTRIAL DE SANTA MARIA

Introdução

A partir da perspectiva da História das Instituições Escolares, vinculada a História da Educação, busca-se, através dessa pesquisa, refletir sobre o contexto histórico educacional de fundação do Colégio Técnico Industrial de Santa Maria (CTISM).

Santa Maria, em função de sua posição geográfica – área central do RS – e por possuir, na década de 1960, oficinas de reparo e manutenção da Rede Ferroviária Federal, apresentava um contingente operário que, em um contexto político de transformação dos movimentos sociais com a emergência dos governos militares, interessava manter controlado. A criação de uma escola técnica industrial de nível médio, vinculada a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), na segunda metade da década de 1960, assumiu essa função.

Metodologia

A História da Educação aborda as práticas educativas historicamente constituídas e registradas nos documentos oficiais das escolas, das agências de planejamento, fomento e de fiscalização das redes de ensino, bem como aquelas práticas cujos registros escapam ao oficial, ou seja, aquelas que são guardadas também pela memória individual e social dos sujeitos envolvidos nas atividades educacionais como um todo.

Assim, é possível interpretar a História das Instituições Escolares como espaços de produção de identidades multifacetadas, correspondentes aos tempos históricos que lhes são próprios: “a noção de duração, de tempo vivido, de tempos múltiplos e relativos, de tempos subjetivos ou simbólicos” (Le Goff, 2003, p. 13). Na análise das identidades culturais educacionais das instituições, podemos localizar a sua cultura pedagógica e a relação que a escola estabelece com a totalidade do corpo social.

Conforme Hall, compreender identidades como “pontos de apego temporário às posições-de-sujeito que as práticas discursivas constroem para nós” (2005, p.112) é um significativo suporte teórico. Os pontos de apego possuem a função de estabelecer a unidade do grupo, diferenciando-o dos demais. Assim, os elementos de identificação se produzem mais pela diferença em relação ao “outro”, do que pela homogeneidade de um “nós”.

Resultados e Discussões

As políticas voltadas para a educação profissional no Brasil são recentes e expressam as adequações ao capitalismo mundial que o país viveu desde o século XIX. Naquela época foram criados os primeiros Liceus de Artes e Ofícios (SAVIANI, 2007, p.125), os quais significaram o embrião de uma divisão sociocultural que a educação ajudou a legitimar: aos homens livres e de posses oferecia-se a educação que preparava para as atividades intelectuais; para os serviçais, a educação deveria significar a preparação para o processo de trabalho.

A escola, então, era elevada a categoria de instrumento de viabilização do saber que correspondesse aos interesses dos grupos burgueses. Quando o país atingiu o estágio em que as tarefas de reparo, manutenção e ajustes das novas tecnologias necessitaram de trabalhadores mais bem preparados, surgiram os cursos profissionalizantes.

As políticas para a educação profissional se efetivaram com Getúlio Vargas no poder. Destarte, o Estado surgia como o promotor da alteração do modelo de desenvolvimento, de agroexportador, para urbano-industrial. Configurava-se um projeto burguês industrial baseado nos princípios taylorista-fordista. Saviani afirma que na época "as políticas pertinentes a educação objetivavam atender às demandas do processo de industrialização e do crescimento ascensional da população urbana" (SAVIANI, 2007, p. 130), o que exigia mudanças nas políticas de preparação dos jovens profissionais.

Após 1964, as políticas educacionais estiveram de acordo com as diretrizes de um Estado organizado sob os auspícios do poder econômico, nacional e internacional. De modo consciente e planejado os tecno-empresários articularam a destruição do modelo populista anterior, o que incluía a sua base ideológica.

Os tecno-empresários tiveram de reconhecer [no início da década de sessenta] que, para implementar uma forma particular de "planejamento nacional" eles precisavam assegurar a paz social e apoderar-se do comando político, ou seja, controlar o Estado. Os tecno-empresários participariam então da ação organizada da burguesia para quebrar o regime e o sistema populista e conquistar o poder do Estado em 1964 (DREIFUSS, 1981, p. 86).

Assim, após março de 1964, mais que em outras épocas, a educação profissionalizante foi usada como forma de adestramento do operariado, até por que, a ideia de que o estudante deveria estudar e o trabalhador trabalhar se constituiu no lema da educação brasileira dos governos militares. Para viabilizar a oferta de ensino profissionalizante, estabeleceram-se acordos com instituições estrangeiras, como entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a United States Agency International for Development (USAID).

Considerando-se o momento político da época, lideranças de Santa Maria procuraram afirmar a cidade como centro estudantil, industrial e de serviços, enfatizando o seu papel relevante no contexto regional. Os últimos meses de 1966 foram marcados pelas discussões sobre a implantação do Distrito Industrial. Esse fato aponta o desejo de crescimento industrial e, por conseguinte, o aumento de um grupo operário que necessitava de qualificação, o que reforçava a necessidade de um espaço de preparo da mão-de-obra industrial.

Em janeiro de 1967 a imprensa local divulgava a abertura das matrículas para os cursos de edificações, eletrotécnica, máquinas e estradas no CTISM, sendo ofertadas vinte e cinco vagas para cada um. A documentação exigida, além da conclusão do ensino ginasial, era: "(...) atestado de sanidade mental, (...) abreugrafia, prova de quitação militar, atestado de conduta fornecido pela escola de origem (...) . A necessidade de "atestados de conduta" relacionava-se ao regime

político de exceção vigente desde 1964, pois manifestações de qualquer ordem eram interpretadas como indisciplina e contestação ao governo, razão pela qual a conduta individual passou a ser controlada e documentada.

Depoimentos de professores e alunos que integraram o grupo pioneiro do CTISM testemunham as dificuldades enfrentadas no período de implantação. O professor Osvaldo Dal Lago lembrou que o Reitor da UFSM convidou o irmão marista Mario Guagliotto para dirigir o Colégio. Este, por sua vez, o procurou e o convidou para ajudá-lo na elaboração da estrutura curricular dos cursos e para lecionar Língua Portuguesa. Dal Lago recordou que o irmão Mário visitou os colégios industriais de Curitiba e de Pelotas, trazendo orientações, inclusive regimentais, para a instalação da escola. Havia pressa, pois, o professor Mariano ordenara: "(...) a partir de março eu quero essa escola funcionando" (Dal Lago, 2010, p. 01).

Provavelmente, a primeira dificuldade enfrentada pelo grupo tenha sido atingir um número suficiente de matrículas para a formação da primeira turma. Dal Lago relatou que foi necessário visitar instituições, como o Seminário Marista, para conseguir um número relativo de alunos, que foram distribuídos em dois cursos, eletrotécnica e mecânica . Assim, dos quatro cursos anunciados na abertura das matrículas, somente dois foram efetivados.

Vencida essa primeira dificuldade, outra se apresentava: a carência de materiais e de professores "(...) Não havia nada, absolutamente nada, só havia o colégio com uma secretaria, com três salas de aula (...) nós não tínhamos professor para quase nada" (Dal Lago, 2010, p. 03). Por isso, alguns profissionais práticos foram contratados, como o Sr. Armando Périco, para a área de mecânica, que disponibilizou material próprio, como motores, para suas aulas.

A primeira turma formou 20 técnicos, 08 em eletrotécnica e 12 em mecânica. Em função do número reduzido de docentes e de alunos e pelas dificuldades estruturais, no primeiro ano os alunos foram divididos por cursos somente nas disciplinas específicas das áreas técnicas, sendo as disciplinas básicas ministradas coletivamente.

Considerações Finais

A organização curricular das primeiras turmas indica a identificação pedagógica que a escola assumia nessa primeira fase, isto é, ensino tecnicista, voltado para a instrução do aluno e sua adequação ao mundo do trabalho como operário. A distribuição dos conteúdos entre as disciplinas básicas e técnicas não seguia um critério proporcional, pois para as primeiras, era reservado um tempo maior à área das ciências exatas, em detrimento das ciências humanas. Essa área era representada pelas disciplinas de História (60 h/a ministradas no 1º ano) e de Relações Humanas (60 h/a no 3º ano), não sendo ofertadas para as duas primeiras turmas os componentes de Geografia, Filosofia e Sociologia. Na disciplina de história, conforme consta nos Diários de Classe, foram trabalhados conteúdos como: "O Brasil e a marcha para industrialização"; "As indústrias no Brasil Colônia"; "Mentalidade Industrial"; "O Brasil e o problema das distâncias"; "O predomínio crescente da ciência na indústria"; "A sociedade na era das máquinas" e "Conquistas sociais: Bem estar do trabalhador". Para a 2º turma foram ministradas, no 3º ano, as disciplinas de Educação Moral e Cívica (40 h/a), além de Ensino Religioso sob a forma de atividades. O registro dos conteúdos trabalhados em História indica o estudo de um processo histórico linear e positivista, que enfatizava o desenvolvimento industrial e tecnológico em nível mundial e nacional, sem abordagens sobre as questões sociais. A partir dos registros feitos no Diário de Classe pelo professor da disciplina na época, infere-se uma concepção evolucionista da história, iniciando os estudos dessa disciplina pelas "Culturas primitivas da Idade da Pedra", passando por "Progressos

dos Conhecimentos Elétricos" e "Política e Neutralidade dos Homens Imperiais", e concluindo em "Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC)".

Mesmo que a estrutura curricular das primeiras turmas não previsse a oferta da disciplina de Geografia, alguns conhecimentos relativos a esse componente eram trabalhados pela História. Exemplos desses são: "O Rio Grande do Sul: produção intensiva x extensiva", "Movimento Populacional do Estado", "Natalidade e Mortalidade", "Estrutura sanitária", "Fluxo migratório do Rio Grande do Sul", "Riquezas naturais" e "Fontes de energia".

No que se refere as avaliações pode-se inferir, a partir dos registros nos Diários de Classe, que eram, na época, de caráter quantitativo e mensurativo, realizadas mensalmente. Ao final do ano letivo o aluno, para ser considerado aprovado, deveria alcançar nota 7, com frequência de 75%.

A falta de alguns componentes da formação geral se explica tanto pela inclusão, na base curricular, de disciplinas técnicas, quanto pela direção tecnicista exigida para a formação operária. Isso dificultava o acesso dos alunos aos cursos superiores.

A criação de uma escola de instrução técnico-industrial vinculada a Universidade Federal de Santa Maria assumia, assim, em uma área estrategicamente localizada no centro do Estado, uma dupla função: instruir trabalhadores adequados às necessidades do mercado e orientá-los a viverem privados da participação política.

Mesmo que determinados governos, em épocas diferentes, tenham priorizado ou não o ensino profissionalizante, a distância entre as áreas propedêutica e técnica, que embasam os currículos dos cursos técnicos, não deixou de existir. Isso decorre do fato de a escola não ser uma categoria neutra inserida em um corpo social. Antes, ela reflete as diferenças de concepções culturais, políticas e econômicas que o corpo ao qual corresponde, determinou ao longo de seu processo histórico.

Em função desse reflexo, o CTISM produziu identificações relativas às experiências vividas ao longo de seus 50 anos, as quais o levaram a apresentar-se à comunidade como um espaço de profissionalização técnica de nível médio. Essa identificação teve início antes mesmo da implantação da escola e orientou o trabalho do grupo pioneiro no sentido de produzir elementos que norteassem as diferenças apresentadas na relação com os demais profissionais formados pela Universidade. **Palavras-Chave:** História; Ensino Profissionalizante; Adestramento; Políticas Educacionais.

Referências Bibliográficas:

ALVES, Márcio Moreira. **O Beabá dos MEC/USAID**. Rio de Janeiro: Gernasa, 1968.
DREIFUSS, René Armand. **1964: A Conquista do Estado**. Petrópolis: Vozes, 1981.
HALL, Stuart Hall. **Quem Precisa da Identidade?** In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). Identidade e Diferença. Petrópolis: Vozes, 2005.
LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Ed Unicamp, 2003.
SAVIANI, Dermeval. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.

Referências Documentais:

Jornal A Razão – exemplares de 10/1966 a 05/1967. Arquivo Público de Santa Maria.
Depoimento escrito concedido por Osvaldo Dal Lago em 21/07/2010.
Depoimento oral concedido por Zeferino Gilberto da Silva, em 11/05/2010
Diários de Classe. Secretaria do Colégio Técnico Industrial de Santa Maria.

Evento: XXV Seminário de Iniciação Científica